

**PARECER JURÍDICO**  
**COORDENADORIA JURÍDICA**

19  
J

**PAR/COJUR/SEINF N° 005/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° P103428/2020.**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2020**

Pedido de abertura de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço para Registro de Preços para futuros e eventuais aquisições de materiais pré-moldados sob demanda para uso da Coordenação de Vias da Secretaria da Infraestrutura de Sobral/CE, objetivando a manutenção de vias, calçadas e logradouros públicos municipais. Exame de legalidade.

*Recebido hoje.*  
*Vistos, etc.*

Trata-se de análise dos aspectos jurídicos relativos à abertura do Pregão Eletrônico n° 001/2020 visando o Registro de Preços para futuros e eventuais aquisições de materiais pré-moldados sob demanda para uso da Coordenação de Vias da Secretaria da Infraestrutura de Sobral/CE, objetivando a manutenção de vias, calçadas e logradouros públicos municipais, conforme solicitação formalizada pela atual Secretaria da Infraestrutura da Prefeitura de Sobral.

Os autos foram encaminhados para esta Coordenadoria Jurídica pela Central de Licitações – CELIC para análise da documentação necessária para instrução processual e composição do processo de licitação, nos termos da legislação em vigor.

É o breve relatório.

Manifesto-me tal como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei n° 8.666/93.

Quanto ao processo de licitação, verifico que o mesmo foi devidamente autuado, protocolado e numerado, em consonância com o disposto no art. 38, *caput*, da Lei n° 8.666/93. No mais, vê-se que o procedimento administrativo interno se encontra instruído com documentos essenciais ao regular processamento da licitação.

A modalidade escolhida é o Pregão Eletrônico, prevista na Lei 10.520/2002 (lei que instituiu a modalidade de licitação denominada Pregão), a qual

J

entendemos ser perfeitamente cabível e até mais vantajosa para a Administração Pública em razão da ampla competitividade de preços e transparência dela decorrentes.

Além disso, pela descrição do objeto e pela justificativa apresentada para sua aquisição no termo de referência, concluímos que se adequam perfeitamente aos fins dos interesses do Município de Sobral, não caracterizando qualquer desvio de finalidade na aquisição do material licitado.

Ressalto a conferência da real necessidade de licitar na forma “por lote” - e não “por item” -, o que deve ser feito pela área técnica da Secretaria da Infraestrutura, que será a parte que utilizará os respectivos serviços/fornecimentos.

De mais a mais, e dando início ao exame dos documentos em referência, denota-se que estão atendidas as exigências da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) com suas alterações ulteriores.

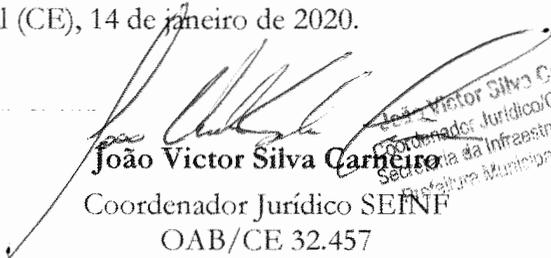
Além disso, o Edital de Pregão Eletrônico preenche os requisitos obrigatórios contidos no art. 40, e respectivos incisos, da Lei nº 8.666/93.

Em relação à minuta do contrato, verifica-se que a mesma atende às exigências do art. 15, inciso II, §§ 1º ao 5º, e art. 55, e incisos, da Lei de Licitações e Contratos Públicos, constando, nos instrumentos, as cláusulas obrigatórias previstas na referida norma.

Diante do exposto, e sem que se faça necessária maior divagação, entendemos que o procedimento administrativo para abertura de processo licitatório está condizente com o ordenamento jurídico, notadamente com a Lei nº 8.666/93 e com os demais instrumentos legais citados, não havendo óbice legal à realização do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020.

É o entendimento, salvo melhor juízo.

Sobral (CE), 14 de janeiro de 2020.

  
**João Victor Silva Carneiro**  
Coordenador Jurídico SEINF  
OAB/CE 32.457  
Secretaria da Infraestrutura-SEINF  
Prefeitura Municipal de Sobral